REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO ESPORTE

CONVÊNIO ME/CONFEDERAÇÃO BRASILERIA DE TIRO COM ARCO-CBTARCO – CONVÊNIO Nº 813835/2014

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME E A CONFEDERAÇÃO BRASILERIA DE TIRO COM ARCO-CBTARCO, PARA O FIM QUE ESPECIFICA.

A **UNIÃO,** por intermédio do **MINISTÉRIO DO ESPORTE – ME**, CNPJ/MF nº. 02.961.362/0001-74, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", 7º andar, em Brasília/DF, CEP: 70.054-900, doravante denominado **CONCEDENTE**, representado neste ato pelo Ministro de Estado do Esporte, o Senhor **GEORGE HILTON DOS SANTOS CECÍLIO,** portador do RG Nº 10862819 SSP/MG, e do CPF nº 491.069.025-53, nomeado pelo Decreto s/nº, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 02/02/2015, na seção 2 da edição extra, e a **CONFEDERAÇÃO BRASILERIA DE TIRO COM ARCO-CBTARCO**, inscrita no CNPJ/MF nº. 68.760.693/0001-54, doravante denominada **CONVENENTE**, com sede na Av. Climaco de Figueiredo, nº 340 – Itapeba – CEP: 24900-000, Maricá – RJ, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. **VICENTE FERNANDO BLUMENSCHEIN**, brasileiro, divorciado, portador do RG Nº 5047586 CRM/MT e CPF Nº 528.542.808-49, residente e domiciliado à Rua Sete de Setembro 184 Bairro Centro, Novo HTE – Paranatinga/MT, CEP: 78870-000, no uso dos poderes conferidos pelo Estatuto Social/Ata realizada no dia 13/11/2012, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONVÊNIO**, em conformidade com o **Processo nº. 58701.008347/2014-97** e a proposta **SICONV nº. 035386/2014**, observado o resultado do **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 06/2013 DA SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO**, publicado no Diário Oficial da União-DOU nº 199 de 14/10/2013, bem como as disposições contidas na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente à época, no Decreto nº. 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007, na Portaria Interministerial nº. 507, de 24 de novembro de 2011, na Portaria Interministerial nº. 217, de 31 de julho de 2006, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Fazenda e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Termo tem por fim a celebração do **CONVÊNIO ME/CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO - CBTARCO Nº 813835/2014**, cujo objeto é o **"APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO AOS ATLETAS PARAOLÍMPICOS DE TIRO COM ARCO"**, na forma da proposta inserida pela Convenente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse/SICONV e aprovada pela área competente do Concedente, conforme **PARECER TÉCNICO Nº 41/2015/CGTCE/DEPES/SNEAR/ME.**

PARÁGRAFO ÚNICO. Para atingir o objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo **CONVENENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I - São obrigações do **CONCEDENTE**:

a) repassar ao **CONVENENTE**, em tempo hábil, recursos financeiros correspondentes à sua participação nas despesas pertinentes à execução do objeto deste Convênio, obedecendo ao Cronograma de Desembolso, constante do Plano de Trabalho;

b) prover os meios e facilidades para que o **CONVENENTE** possa realizar, no prazo estabelecido, o cadastramento dos participantes do programa;

c) promover o acompanhamento e ateste da execução do objeto do presente Convênio, assim como da regular aplicação das parcelas de recursos, estando a sua liberação condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho;

d) prorrogar, *de ofício*, a vigência do presente Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que ainda haja plena condição de execução do objeto e que o **CONVENENTE** esteja adimplente em relação aos requisitos informados no SIAFI, observado o que prevê o § 1° do art. 38 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011;

e) aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação da execução deste Convênio, mediante proposta do **CONVENENTE** fundamentada em razões concretas que a justifique, e desde que formulada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis, contados da data fixada para o término de sua vigência;

f) fornecer ao **CONVENENTE**, quando solicitado formalmente, os códigos necessários para o correto preenchimento da Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser efetuada na CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL, quando houver necessidade de restituição de valores que lhe tiverem sido repassados (Cláusula Décima Quinta - Da Restituição de Recursos);

g) fornecer ao **CONVENENTE** os dizeres institucionais, consoante estabelecido pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM, destacando a participação do Governo Federal, bem assim do Ministério do Esporte-ME, em toda e qualquer ação relacionada com a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira;

h) encaminhar ao **CONVENENTE**, por intermédio da área de material e patrimônio do Ministério do Esporte-ME, as plaquetas de identificação patrimonial para que sejam afixadas nos bens permanentes, adquiridos com recursos previstos neste Instrumento, de acordo com as especificações contidas nas notas fiscais correspondentes à aquisição (quando for o caso);

i) analisar e aprovar as prestações de contas parciais e final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Convênio;

j) notificar o **CONVENENTE** para que proceda à apresentação da prestação de contas dos recursos aplicados quando não houver sido apresentada no prazo legal, ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos que houverem sido transferidos, instaurando, em caso de omissão, a competente Tomada de Contas Especial;

k) comunicar ao **CONVENENTE** acerca de quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos referentes ao presente Convênio ou outras pendências de ordem técnica, suspendendo a liberação de recursos pelo prazo estabelecido para o saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período;

l) em caso de não satisfação das pendências de que cogita a alínea anterior, apurar eventuais danos e comunicar o fato ao **CONVENENTE,** para que promova o ressarcimento do valor apurado, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

m) promover a publicação de extrato do presente Convênio no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura, sob pena de ineficácia do acordo; e

n) publicar no Portal dos Convênios os atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas relativos a presente avença.

II - São obrigações do **CONVENENTE**:

a) executar diretamente a integralidade do objeto pactuado na Cláusula Primeira, na forma e no prazo estabelecidos no Projeto Básico e no Plano de Trabalho, somente sendo permitida a contratação de serviços de terceiros caso haja previsão no Plano de Trabalho, ou em virtude de fato superveniente e imprevisto, devidamente justificado, e desde que aprovado pelo **CONCEDENTE;**

b) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos, diretrizes, ações e atividades do Programa **Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento,** determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição, pela população beneficiária, das benesses inerentes ao objeto conveniado, inclusive quando detectados pelo **CONCEDENTE** ou pelos órgãos de controle;

c) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes deste Convênio, após a execução do acordo, observada a destinação dos bens de acordo com a previsão contida na Cláusula Décima;

d) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado pelos

investimentos decorrentes deste Convênio;

e) promover os créditos dos recursos financeiros, referentes à contrapartida, de acordo com o Cronograma de Desembolso, na conta corrente específica para a execução do objeto;

f) aplicar os recursos discriminados na Cláusula Quinta, inclusive os oferecidos em contrapartida e os rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, em conformidade com o Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do objeto deste Convênio;

g) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo **CONCEDENTE**;

h) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

i) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

j) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Federal e, bem assim, do **MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME**, em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, consoante previsto na Cláusula Décima-Sexta;

k) nos contratos celebrados à conta dos recursos deste Convênio, inserir cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo.

l) facilitar ao **CONCEDENTE**, ou agentes da Administração Federal, com delegação de competência, todos os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive, permitindo-lhe efetuar inspeções *in loco* fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento;

m) permitir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinado o **CONCEDENTE**, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos administrativos e aos registros dos fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização e auditoria;

n) por ocasião do encerramento do prazo estipulado para a conclusão do objeto pactuado, ou no caso de denúncia, rescisão ou extinção deste CONVÊNIO, solicitar ao **CONCEDENTE**, formal e tempestivamente, o número do código de preenchimento da GRU a ser efetuado na CONTA

ÚNICA DO TESOURO NACIONAL, de que trata a Cláusula Décima-Quinta (Da Restituição de Recursos);

o) prestar contas final, com observância do prazo e na forma estabelecida, respectivamente, nas Cláusulas Quarta e Décima-Segunda deste Instrumento, e, bem assim, em função da forma da liberação dos recursos ou quando for solicitada, a qualquer momento, a critério do **CONCEDENTE**, apresentar Prestação de Contas Parcial;

p) responsabilizar-se pela guarda e controle dos materiais a serem produzidos, na qualidade de fiel depositária (quando for o caso);

q) solicitar a prorrogação do prazo para execução do objeto conveniado, mediante Termo Aditivo, fundamentada em razões concretas que justifiquem a não execução do objeto no prazo pactuado;

r) adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

s) incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial nº. 507, de 24 de novembro de 2011, em especial os relativos aos atos e procedimentos referentes à formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas;

t) restituir os recursos recebidos em virtude deste Convênio, nos casos previstos na mesma Portaria Interministerial nº. 507, de 24 de novembro de 2011;

u) enviar ao **CONCEDENTE**, cópias autenticadas das notas fiscais relativas aos bens permanentes adquiridos com recursos alocados neste Instrumento, para fins de tombamento patrimonial (quando for o caso);

v) indicar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto pactuado o qual deverá, verificada qualquer ocorrência que comprometa a regularidade na execução, encaminhar à área técnica do **CONCEDENTE** relatório circunstanciado dos fatos;

w) notificar o conselho municipal/estadual responsável pelo acompanhamento e controle de ações dentre as quais se insere o objeto do presente convênio (quando for o caso);

x) garantir o acesso às informações relativas ao presente convênio, em especial no que se refere à parcela dos recursos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo da prestação de contas de que trata a Cláusula Décima-Segunda; e

y) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do convênio ou contrato de repasse em instituição financeira controlada pela União, quando não integrante da conta única do Governo Federal;

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O descumprimento de quaisquer das obrigações arroladas nas alíneas 'a' a 'y' do inciso II desta Cláusula importará na apresentação, pelo **CONVENENTE,**

dos esclarecimentos pertinentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Prestados os esclarecimentos de que trata o parágrafo anterior, e uma vez aceitos pelo **CONCEDENTE**, proceder-se-á ao registro nos autos do respectivo processo a justificativa e dar-se-á ciência à Controladoria-Geral da União, sem prejuízo das demais medidas previstas neste Instrumento e na legislação de regência.

PARÁGRAFO TERCEIRO. É vedado ao **CONVENENTE** estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos federais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DE CONTINUIDADE DO OBJETO

Nos casos de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, e no intuito de evitar a descontinuidade de sua execução, fica garantida ao **CONCEDENTE** a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução de seu objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO. O exercício dessa prerrogativa não exime o **CONVENENTE** do dever de cumprir com as obrigações assumidas em virtude da assinatura deste convênio até a data em que se efetivar a assunção ou a transferência do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio vigerá a partir da data de assinatura e findará em **30/12/2016**, inclusive, prazo durante o qual deverá ocorrer a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O prazo de vigência deste Instrumento poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por solicitação do CONVENENTE, fundamentada em razões concretas que justifiquem a não execução do objeto no prazo pactuado, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias úteis antes do término do prazo previsto no *caput* desta Cláusula, e desde que aceita pelo **CONCEDENTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O **CONVENENTE** terá 60 (sessenta) dias para apresentar a Prestação de Contas Final, a contar do término da vigência prevista no *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto deste Convênio, os recursos somam o valor total de **R$ 3.198.871,60 (três milhões, cento e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e um reais e sessenta centavos),** cabendo ao **CONCEDENTE** destinar a importância de **R$ 3.150.313,60 (três milhões cento e cinquenta mil, trezentos e treze reais e sessenta centavos),** correndo as despesas à conta de dotação consignada ao MINISTÉRIO DO ESPORTE/ ME, no Orçamento Fiscal da União para o exercício de 2015, Lei nº 13.115/2015 – LOA, observadas as características abaixo discriminadas, e cabendo ao **CONVENENTE a contrapartida financeira no valor de R$ 48.558,00 (quarenta e oito mil quinhentos e cinquenta e oito reais), equivalentes a 1,5% (um virgula cinco por cento),** do valor total pactuado conforme Plano de Trabalho aprovado:

Programa de Trabalho: 27811.2035.20YA.0001.0001
Natureza da Despesa: 33.50.41
Fonte: 100
Nota de Empenho: 2015NE800870, de 23 de novembro de 2015, no valor de

R$ 2.243.008,72 (dois milhões, duzentos e quarenta e três mil, oito reais e setenta e dois centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os recursos referentes à contrapartida do **CONVENENTE**, necessários à complementação da execução do objeto do presente Convênio deverão ser depositados em conta bancária específica, em conformidade com o Plano de Trabalho e obedecidos os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, incumbindo ao **CONVENENTE** assegurá-los, nos termos da Cláusula Segunda, II, 'e' – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de o objeto deste Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição, tanto pelo **CONCEDENTE** quanto pelo **CONVENENTE**, conceder-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, aplicável ao valor total anteriormente pactuado, conforme previsto no *caput* desta Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de o objeto pactuado vir a ser satisfatoriamente concluído somente com a utilização dos recursos financeiros transferidos pelo **CONCEDENTE**, obriga-se o **CONVENENTE** a devolver os recursos financeiros correspondentes à sua contrapartida, que, observada a proporcionalidade de sua participação, conforme definida no *caput* desta Cláusula, deverá ser calculada sobre o valor despendido pelo **CONCEDENTE** e aplicado na consecução do objeto conveniado.
PARÁGRAFO QUARTO. Os créditos e empenhos necessários ao custeio das despesas previstas no Plano de Trabalho para ocorrerem nos anos seguintes (se for o caso) serão indicados mediante registro contábil e constarão de termo aditivos, a serem celebrados oportunamente, não eximindo o **CONCEDENTE** do dever de incluir em suas propostas orçamentárias subseqüentes, as dotações necessárias para custear as despesas decorrentes do convênio firmado.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do **CONCEDENTE**, destinados à execução do objeto deste Convênio, no montante de **R$ 3.150.313,60 (três milhões cento e cinquenta mil, trezentos e treze reais e sessenta centavos),** será liberado em **duas parcelas,** de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, a crédito de conta específica aberta no CAIXA ECONÔMICA FEDERAL nº 104, Agência 1244-0, em nome do **CONVENENTE** e vinculada ao presente Instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Após a aplicação dos recursos, o **CONVENENTE** se obriga a apresentar a Prestação de Contas, observado o prazo estabelecido na Cláusula Quarta, composta da documentação especificada na Cláusula Décima-Segunda;

PARÁGRAFO SEGUNDO. Ocorrendo impropriedades e/ou irregularidades na execução deste Convênio, obriga-se o **CONCEDENTE** a notificar, de imediato, o dirigente do **CONVENENTE**, a fim de proceder ao saneamento requerido ou cumprir a obrigação, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos a seguir especificados:

a) quando não houver comprovação da correta aplicação da parcela única recebida e do correspondente recurso de contrapartida oferecida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo **CONCEDENTE** e/ou pelo órgão

competente do sistema de controle interno da Administração Pública Federal;

b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Convênio; e

c) quando o **CONVENENTE** descumprir qualquer cláusula ou condição pactuada.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Findo o prazo da notificação de que trata o parágrafo anterior, sem que as impropriedades e/ou irregularidades tenham sido sanadas, ou cumprida a obrigação, a unidade de contabilidade analítica do **CONCEDENTE** diligenciará a instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

PARÁGRAFO QUARTO. No caso de os valores referentes ao presente Convênio virem a ser inscritos em Restos a Pagar, vindo, posteriormente a ser cancelados, os quantitativos que integram o objeto da avença poderão ser reduzidos até a etapa que permita o cumprimento do acordado sem a sua descaracterização no que tange à funcionalidade da execução.

PARÁGRAFO QUINTO. Além da estrita observância do cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, a liberação e o recebimento de cada parcela de recursos dependerão:

I – da comprovação, pelo **CONVENENTE,** do cumprimento da contrapartida pactuada;

II – do atendimento, pelo **CONVENENTE,** das exigências para contratação e pagamento previstos nos arts. 56 a 64 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011;

III – da regularidade da execução do Plano de Trabalho; e

IV – do cumprimento das obrigações assumidas no ato da contratação e outras que vierem a ser estipuladas posteriormente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

O **CONVENENTE** deverá manter os recursos repassados pelo **CONCEDENTE** em conta bancária específica, de que trata a Cláusula Sexta, permitindo-se saques somente para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominal ou ordem bancária ao credor ou para aplicação no mercado financeiro na forma da Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundos de aplicação financeira de curto prazo, ou, ainda, em operação no mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os rendimentos auferidos a partir de aplicações dos recursos recebidos no âmbito deste Convênio no mercado financeiro serão, obrigatoriamente, utilizados no próprio objeto, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas, não podendo ser computados como Contrapartida devida pelo **CONVENENTE**, devendo ainda, constar de demonstrativo específico que integrará a Prestação de Contas.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O **CONVENENTE** deverá solicitar ao **CONCEDENTE** autorização para o uso dos rendimentos na(s) ação(ões) pactuada(s), mediante apresentação de pleito específico à unidade gestora.

CLÁUSULA OITAVA – DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Na aquisição de bens e serviços necessários à execução do Plano de Trabalho o **CONVENENTE** deverá realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O **CONVENENTE** deverá contratar as empresas que tenham participado da cotação prévia de preços, ressalvados os casos em que não acudirem interessados à cotação, exigindo-se, nesses casos, pesquisa de mercado prévia à contratação, que deverá ser registrada no SICONV, contendo, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A cotação prévia de que trata o *caput* deverá observar, no que couber, as disposições contidas no art. 58 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Cada processo de compras e contratações de bens, obras e serviços deverá ser realizado ou registrado no SICONV, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I – os documentos relativos à cotação prévia ou as razões que justificam a sua desnecessidade;
II – elementos que definiram a escolha do fornecedor ou executante e justificativa de preço;
III – documentos contábeis relativos ao pagamento.

CLÁUSULA NONA - DA GLOSA DAS DESPESAS

É vedada a utilização dos recursos repassados pelo **CONCEDENTE** e os da Contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este Instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência acordado, ainda que em caráter de emergência, ou, ainda, em descompasso com o que dispõe a Cláusula Oitava do presente Instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO. É vedada a utilização de recursos deste Convênio naquelas hipóteses previstas no art. 52 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

O destino dos bens patrimoniais, materiais permanentes ou equipamentos adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste Convênio, mas que a ele não se incorporem, será decidido após a execução integral de seu objeto, podendo vir a ser doados, desde que necessários para assegurar a continuidade do programa governamental em que se insere a ação, observado o que dispõe o § 2º do art. 41 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Após a execução integral do objeto do presente Convênio, os

bens patrimoniais, materiais permanentes ou equipamentos adquiridos, produzidos ou construídos com recursos dele oriundos, mas que não se incorporem ao seu objeto, perrmanecerão sob a guarda, responsabilidade e manutenção pelo prazo de 10(dez) anos pelo **CONVENENTE** como fiel depositário e ficando vinculados ao objeto pactuado, com vistas a assegurar a continuidade do programa governamental (quando for o caso).

PARÁGRAFO SEGUNDO. Sendo o presente Convênio rescindido por quaisquer dos motivos previstos no Parágrafo Único da Cláusula Décima-Quarta, os bens patrimoniais serão automaticamente revertidos ao **CONCEDENTE,** em boas condições de uso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

É prerrogativa do **CONCEDENTE** conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução deste Convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Nos termos da legislação em vigor, o **CONCEDENTE** designará servidor(es) para acompanhar(em) a fiel execução do objeto deste Convênio, podendo, se assim entender pertinente, valer-se das faculdades descritas no § 2º do art. 67 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O **CONVENENTE** assegurará e adotará as medidas necessárias ao livre acesso do(s) servidor(es) designado(s) na forma do parágrafo anterior, bem como dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferência que se relacionem ao objeto do presente Convênio, além dos locais de sua execução.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Qualquer ocorrência que comprometa a regularidade na execução do objeto pactuado, deverá ser informada à área técnica esportiva ou à área de análise técnico-contábil do Ministério do Esporte, acompanhada de relatório circunstanciado dos fatos, para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas Final dos recursos deste Convênio, inclusive os de contrapartida e dos rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, deverá ser assim constituída:

a) Relatório de cumprimento do objeto;
b) cópia do Plano de Trabalho aprovado na celebração do Convênio;
c) cópia do Termo de Convênio e eventuais Termos Aditivos;
d) relatório de Execução Físico-Financeira;
e) relatório de Execução da Receita e Despesa;
f) relação de pagamentos efetuados;
g) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste Convênio;
h) cópia autenticada dos comprovantes de despesas relativas à aquisição de bens e materiais permanentes;
i) conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
j) cópia do extrato da conta bancária específica;
k) comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados à conta

indicada pelo responsável do programa;
l) cópia do despacho adjudicatório e homologação de licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando realizado procedimento licitatório;
m) relatório/declaração do responsável pelo acompanhamento deste Convênio;
n) cópia das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios das despesas com hospedagem em estabelecimento hoteleiro ou similar e com aquisição de passagens de qualquer meio de transporte, bem assim dos respectivos bilhetes utilizados. Ademais, em demonstrativo à parte, evidenciar, de forma correlacionada, os valores parciais e totais dessas despesas:

1. No caso de despesa com as aquisições de passagens, conforme previamente definido no Plano de Trabalho, deverá constar o nome completo do usuário do bilhete, sua condição de participante no evento, número de sua Carteira de Identidade, nº. do CPF/MF, nº. do telefone, endereço residencial completo, o trecho utilizado e as datas de embarque e desembarque, conforme indicadas no respectivo bilhete utilizado;
2. No caso de despesas com hospedagem, conforme previamente definido no Plano de Trabalho, deverá conter o nome completo do hóspede, sua condição de participante no evento, nº. de sua Carteira de Identidade, nº. de seu CPF/MF, nº. de telefone, com endereço residencial completo, acompanhado do extrato de conta fornecido pelo hotel.

o) cópia do Termo de Aceitação Definitiva da obra, quando o objeto do convênio previr a execução de obra ou serviço de engenharia.

PARÁGRAFO ÚNICO. As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do **CONVENENTE** e devidamente identificados com referência ao título e ao número deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS DE DESPESA E DA OBRIGATORIEDADE DE SUA APRESENTAÇÃO

Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da aprovação das contas do gestor **CONCEDENTE**, pelo Tribunal de Contas da União, relativa ao exercício em que forem incluídas em suas contas.

PARÁGRAFO ÚNICO. O dever de conservação de que trata o *caput* não exime o **CONVENENTE** do dever de inserir regularmente no SICONV as informações e documentos referentes ao presente Convênio, bem como aqueles exigidos pela Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, mantendo-o atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno

direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO ÚNICO. Constituem motivo para rescisão deste Convênio, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado ou de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias;

d) falta de apresentação da Prestação de Contas Final, ou de Prestações de Contas Parciais, no (s) prazo (s) estabelecido(s), neste Instrumento; e

e)a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Instrumento, o **CONVENENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, é obrigado a recolher à CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL, em nome do MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME, com a utilização de Guia de Depósito comum do Banco do Brasil S.A., a ser devida e corretamente preenchida, inclusive com a menção do número do "Código Identificador" de que trata a CLÁUSULA SEGUNDA (Das Obrigações):

a) O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data do Convênio;

b) o valor total transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

1. quando não for executado o objeto da avença;
2. quando não forem apresentadas, no prazo exigido, as Prestações de Contas Parcial ou Final; e
3. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

c) o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;

d) o valor corrigido da Contrapartida pactuada, quando não comprovada sua aplicação na consecução do objeto conveniado, na forma prevista no Plano de Trabalho;

e) o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do

objeto, ou ainda que não tenha sido feita aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

O **CONVENENTE** obriga-se a divulgar, no local e durante a execução do objeto, a participação do Ministério do Esporte-ME, mediante afixação de placa, *banner* ou outro meio de divulgação, nominando o Projeto específico e contendo os dizeres fornecidos pelo **CONCEDENTE.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O **CONVENENTE** deverá disponibilizar, por meio da *internet* ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Para efeito do disposto no parágrafo anterior, o **CONVENENTE** poderá disponibilizar, em sua página na *internet,* um *link* que possibilite o acesso direto ao Portal dos Convênios.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato deste CONVÊNIO e de seus aditamentos no Diário Oficial da União – D.O.U, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONCEDENTE**, às suas expensas, no prazo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura, contendo os seguintes elementos:

a) espécie, número, e valor do instrumento;
b) denominação, domicílio e inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF dos partícipes e nome e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF dos signatários;
c) resumo do objeto;
d) crédito pelo qual ocorrerá a despesa, número e data da Nota de Empenho;
e) valor a ser transferido ou descentralizado no exercício em curso e, se for o caso, o previsto para exercícios subseqüentes;
f) prazo de vigência e data da assinatura; e
g)código da Unidade Gestora, da gestão e classificação funcional programática e econômica, correspondentes aos respectivos créditos.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Pactuam, ainda, as seguintes condições:

a) todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues por protocolo ou remetidas por correspondência, telegrama, fax ou email, devidamente comprovadas por conta, no endereço das partes;

b) as alterações de endereços e de número de telefone, email e fax de quaisquer dos Partícipes devem ser imediatamente comunicadas por escrito;

c) as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem

como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

d) havendo divergência entre as disposições constantes do presente Instrumento e as determinações contidas no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e na Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, essas prevalecem naquilo que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA- DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem plenamente de acordo, os partícipes firmam o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo indicadas, em duas vias de igual teor e forma, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas disposições.

Brasília-DF, de de 2015.

GEORGE HILTON DOS SANTOS CECÍLIO
Ministro de Estado do Esporte

VICENTE FERNANDO BLUMENSCHEIN
Presidente da Confederação de Tiro com Arco

TESTEMUNHAS:

NOME :
CPF:

NOME:
CPF:

12h00 e de 13h às 17h59. Endereço: Av. Republica do Chile, Nº 100 Centro - RIO DE JANEIRO - RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/201014-05-51-2015. Entrega das Propostas: a partir de 05/01/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/01/2016 às 11h00 n site www.comprasnet.gov.br.

PEDRO IVO PEIXOTO DA SILVA
Gerente

(SIDEC - 04/01/2016) 201014-20101-2015NE999999

AVISOS
CONCORRÊNCIA AA Nº 3/2015 - BNDES

OBJETO: Contratação de serviços advocatícios do Contencioso Trabalhista e Previdenciário do SISTEMA BNDES, conforme especificações do Edital e de seus Anexos.

O BNDES comunica que o Sr. Superintendente da Área de Administração do BNDES, ratificando a decisão da Comissão Especial de Licitação, julgou parcialmente procedente o recurso interposto pelo Licitante DÉCIO FREIRE ADVOGADOS ASSOCIADOS, mantendo inalterada a pontuação final.

As razões que motivaram o julgamento encontram-se à disposição dos interessados, para consulta, na Avenida República do Chile nº 330, 18º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ, das 14h30min às 17h30min e no portal www.bndes.gov.br.

A sessão pública de abertura das propostas de preços será realizada no dia 11/01/2016, às 15:00hs, na Avenida República do Chile, nº 330, Ventura Towers - Torre Oeste, Sala 909, Centro - Rio de Janeiro - RJ.

CONCORRÊNCIA AA Nº 3/2015 - BNDES

OBJETO: Contratação de serviços advocatícios do Contencioso Trabalhista e Previdenciário do SISTEMA BNDES, conforme especificações do Edital e de seus Anexos.

O BNDES comunica que o Sr. Superintendente da Área de Administração do BNDES, ratificando a decisão da Comissão Especial de Licitação, julgou parcialmente procedente o recurso interposto pelo Licitante DÉCIO FREIRE ADVOGADOS ASSOCIADOS, mantendo inalterada a pontuação final.

As razões que motivaram o julgamento encontram-se à disposição dos interessados, para consulta, na Avenida República do Chile nº 330, 18º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ, das 14h30min às 17h30min e no portal www.bndes.gov.br.

A sessão pública de abertura das propostas de preços será realizada no dia 11/01/2016, às 15:00hs, na Avenida República do Chile, nº 330, Ventura Towers - Torre Oeste, Sala 909, Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2015.
RAPHAEL DOMINGUES DE MORAES ZYNGIER
Gerente da Gerência de Licitações 2 - AA/DELIC
Substituto

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS AA Nº 3/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a elaboração dos Projetos de Instalações de Prevenção e Combate Contra Incêndio e Pânico do Edifício Anexo e de suas interligações com o Edifício EDSERJ, contemplando a necessidade de eventuais adequações aos sistemas do Edifício EDSERJ. O BNDES comunica que a ata de julgamento da habilitação do certame em referência, com as razões que motivaram o posicionamento da Comissão Especial de Licitação, encontra-se à disposição dos interessados, para consulta, na Avenida República do Chile nº 330, 18º andar (Torre Oeste), estações de trabalho nos 117, 118, 119, 123 ou 124, Centro - Rio de Janeiro/RJ, das 14h30 às 17h30 e no site www.bndes.gov.br. Nesta oportunidade, abre-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 2016.
LÍVIA MADEIRA DE MENEZES
Gerente AA/DELIC/GLIC4
Substituta

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 7/2015

OBJETO: Este Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o desenvolvimento de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro - SEDEIS e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no sentido de promover uma atuação integrada no âmbito do PROGRAMA DE INSPEÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS da relação institucional entre os órgãos, com vistas a estabelecer as atribuições de ambas as partes com relação ao Programa de Inspeção de Instalações Prediais no Estado do Rio de Janeiro, como suporte aos capítulos 5 e 6 do RIP - Regulamento de Instalações Prediais.
VIGÊNCIA: 30 (trinta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, conforme disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
PARTÍCIPES: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro e SEDEIS - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.
DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2015.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 1/2016 - UASG 183039

Nº Processo: 13872/2015 . Objeto: Serviço de fornecimento de energia elétrica - CEEE. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Contratação de fornecimento de energia elétrica. Declaração de Dispensa em 04/01/2016. HERACLIDES SILVEIRA DE OLIVEIRA. Pregoeiro. Ratificação em 04/01/2016. PAULO RICARDO NUNES OSORIO. Ordenador de Despesas. Valor Global: R$ 353.615,88. CNPJ CONTRATADA : 08.467.115/0001-00 COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA -CEEE-D.

(SIDEC - 04/01/2016) 183039-18205-2015NE800223

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 2/2016 - UASG 183039

Nº Processo: 13879/2015 . Objeto: Serviço de fornecimento de energia elétrica - AES SUL. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Contratação de fornecimento de energia elétrica. Declaração de Dispensa em 04/01/2016. HERACLIDES SILVEIRA DE OLIVEIRA. Pregoeiro. Ratificação em 04/01/2016. PAULO RICARDO NUNES OSORIO. Ordenador de Despesas. Valor Global: R$ 18.681,84. CNPJ CONTRATADA : 02.016.440/0001-62 AES SUL DISTRIBUIDORA GAUCHA DE ENERGIA S/A.

(SIDEC - 04/01/2016) 183023-18205-2015NE800223

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 3/2016 - UASG 183039

Nº Processo: 13886/2015 . Objeto: Serviço de fornecimento de água - DMAE. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Inviabilidade de licitação. Declaração de Inexigibilidade em 04/01/2016. HERACLIDES SILVEIRA DE OLIVEIRA. Pregoeiro. Ratificação em 04/01/2016. PAULO RICARDO NUNES OSORIO. Ordenador de Despesas. Valor Global: R$ 25.310,88. CNPJ CONTRATADA : 92.924.901/0001-98 PORTO ALEGRE DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS.

(SIDEC - 04/01/2016) 183023-18205-2015NE800223

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 7/2016 - UASG 183039

Nº Processo: 14122/2015 . Objeto: Serviço referente à taxa de lixo municipal dos imóveis de propriedade do Inmetro, na cidade de Porto Alegre. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Inviabilidade de licitação. Declaração de Inexigibilidade em 04/01/2016. HERACLIDES SILVEIRA DE OLIVEIRA. Pregoeiro. Ratificação em 04/01/2016. PAULO RICARDO NUNES OSORIO. Ordenador de Despesas. Valor Global: R$ 16.005,84. CNPJ CONTRATADA : 92.963.560/0001-60 MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE.

(SIDEC - 04/01/2016) 183023-18205-2015NE800223

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 411/2015 - UASG 183039

Número do Contrato: 102/2013.
Nº Processo: 63/2013.
INEXIGIBILIDADE Nº 199/2013. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,-QUALIDADE E TECNOLOGI. CNPJ Contratado: 86563236000151. Contratado : PRATA AUTO PECAS E SERVICOS LTDA -ME. Objeto: Prorrogação do prazo da contratação pormais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 27/12/2015 a 26/12/2016. Valor Total: R$493.640,00. Fonte: 250183023 - 2015NE800287. Data de Assinatura: 23/12/2015.

(SICON - 04/01/2016)

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2015 - UASG 183025

Número do Contrato: 23/2012.
Nº Processo: 7050/2012.
PREGÃO SISPP Nº 18/2012. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,-QUALIDADE E TECNOLOGI. CNPJ Contratado: 03793622000102. Contratado : SUPRICOPY SUPRIMENTOS E -EQUIPAMENTOS REPROGRAFICOS LTDA. Objeto: Alterar a clausula quinta prorrogacao. Fundamento Legal: Artigo 57 Inciso II da Lei nº8666/93. Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2016. Valor Total: R$40.600,00. Fonte: 250183023 - 2015NE800083. Data de Assinatura: 28/12/2015.

(SICON - 04/01/2016) 183025-18205-2015NE800138

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2015 - UASG 183025

Número do Contrato: 31/2011.
Nº Processo: 6197/2011.
PREGÃO SISPP Nº 16/2011. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,-QUALIDADE E TECNOLOGI. CNPJ Contratado: 06308467000180. Contratado : NET PROJETOS EIRELI - EPP -Objeto: Alterar a clausula terceira prorrogacaoFundamento Legal: Artigo 57 Inciso II da Lei nº8666/93. Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2016. Valor Total: R$152.985,12. Fonte: 250183023 - 2015NE800093. Data de Assinatura: 28/12/2015.

(SICON - 04/01/2016) 183025-18205-2015NE800138

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
SUPERINTENDÊNCIA-ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 40/2015 - UASG 193028

Número do Contrato: 38/2013.
Nº Processo: 52710001755201341.
PREGÃO SISPP Nº 25/2013. Contratante: SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DEMANAUS. CNPJ Contratado: 34524579000103. Contratado : R V BIFULCO - EPP -Objeto: Prorrogação por mais 12(doze) meses. Fundamento Legal: Art.57,Inciso IV da Lei nº8.666/93. Vigência: 31/12/2015 a 31/12/2016. Valor Total: R$16.625,40. Fonte: 174019205 - 2015NE800452. Data de Assinatura: 28/12/2015.

(SICON - 04/01/2016) 193028-19205-2015NE800074

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CONVÊNIOS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 813834/2014

ESPÉCIE: Convênio que celebram entre si a União, por intermédio do MINISTÉRIO DO ESPORTE - CNPJ 02.961.362/0001-74 e a CONFEDERACAO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO - CBTARCO - CNPJ: 68.760.693/0001-54. OBJETO: O presente Convênio tem por objeto "Preparação de Atletas para a Olimpíada de 2016." DESPESA: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes do Ministério do Esporte, Orçamento Geral da União, no valor de R$ 2.153.694,87 (dois milhões, cento e cinquenta e três mil, seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos) na Natureza de Despesa 33.50.41;Fonte 100; Programa de Trabalho 27.811.2035.20D8.0001.0005; R$ 8.616,10 (oito mil, seiscentos e dezesseis reais e dez centavos) na Natureza de Despesa 44.50.42; Fonte 118; Programa de Trabalho 27.811.2035.20YA.0001.0001; e de contrapartida o valor de R$ 32.977,19 (trinta e dois mil, novecentos e setenta e sete reais e dezenove centavos) na forma financeira, totalizando o valor de R$ 2.195.288,26 (dois milhões, cento e noventa e cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos). VIGÊNCIA: O presente Convênio vigerá a partir data de assinatura e findará em 31 de agosto de 2016 para a execução do objeto expresso no SICONV. DATA DE ASSINATURA: 23 de dezembro de 2015. SIGNATÁRIOS: GEORGE HILTON DOS SANTOS CECÍLIO - Ministro de Estado do Esporte, CPF: 491.069.025-53 e - VICENTE FERNANDO BLUMENSCHEIN - Confederação Brasileira de Tiro com Arco - CBTARCO - CPF 528.542.808-49. PROCESSO Nº: 58701.008348/2014-31

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 813835/2014

ESPÉCIE: Convênio que celebram entre si a União, por intermédio do MINISTÉRIO DO ESPORTE/ME-CNPJ 02.961.362/0001-74 e a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO - CBTARCO - CNPJ: 68.760.693/0001-54. OBJETO: "Aperfeiçoamento Técnico aos Atletas Paraolímpicos de Tiro com Arco". DESPESA: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes do Ministério do Esporte, Orçamento Geral da União, no valor de R$ 3.150.313,60 (três milhões, cento e cinquenta mil, trezentos e treze reais e sessenta centavos); Natureza de Despesa 33.50.41, Programa de Trabalho 27.811.2035.20YA.0001.0001, Fonte de Recurso 100 e de contrapartida o valor de R$ 48.558,00 (quarenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e oito reais) na forma financeira, totalizando o valor de R$ 3.198.871,60 (três milhões, cento e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e um reais e sessenta centavos). VIGÊNCIA: O presente Convênio vigerá a partir da data de assinatura e findará em 30/12/2016, inclusive, prazo durante o qual deverá ocorrer a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho. DATA DE ASSINATURA: 17 de dezembro de 2015. SIGNATÁRIOS: GEORGE HILTON DOS SANTOS CECÍLIO- Ministro de Estado do Esporte/ ME - CPF 491.069.025-53 e VICENTE FERNANDO BLUMENSCHEIN - Presidente da Confederação Brasileira de Tiro com Arco - CBTARCO - CPF 528.542.808-49. PROCESSO Nº: 58701.008347/2014-97.